

## A REVOLUÇÃO DE 1932

Wilson Sander \*

Os cinqüenta anos do processo revolucionário de 1930 levaram a instalação do 1.º Simpósio de História Ibero-Americana, ocorrido em outubro de 1980. Promovido pelo Depto. de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com o apoio do Banco Maisonnave, o episódio e os festejos comemorativos ecoaram pelo Brasil proporcionando inúmeras publicações e suplementos especiais nos diversos jornais brasileiros.

Neste seguimento, comemorou-se neste ano de 1982, o cinqüentenário da Revolução Constitucionalista de 1932 ocorrida naquele ano em São Paulo.

Trata-se de episódio de grande importância no curso do pensamento autoritário, associado a construção do Estado Brasileiro, assim como da crítica ao regionalismo através do federalismo onde o primeiro aparece acentuado e o que se pretendia combater: a proteção às oligarquias. Alberto Torres, Oliveira Vianna e Francisco Campos vão condenar os interesses políticos, pois são considerados parciais. Portanto perigosos ao Estado. A política, os destinos do Estado, devem ser confiados a alguém que não seja político, pois este, está capacitado a entender o interesse geral. Desta maneira porém, temos desestimulada a participação política. Até 1930 tivemos no Brasil a participação das oligarquias, trata-se agora, na nova década da participação política da massa, da classe média que quer exercer o poder e dominar o Estado. De 1930 em diante, o que se nota no Brasil são justamente estas tentativas de participação, seja pela fundação de associações, de organizações e de partidos políticos mas que curiosamente são criações do próprio Estado, não são voluntárias, são controladas pelo Estado. Aliás é o que interessa ao estado totalitário, o controle das massas. Os partidos se diferenciam pela maior ou menor possibilidade de oferecer empregos, — é o clientelismo. Através dele é que o Estado vai controlar a participação das massas.

É neste sentido que os movimentos pós-1930 devem ser entendidos, observando-se o comportamento das facções em luta, de um lado os que tinham apoiado a Revolução de 1930 e agora estavam desiludidos, defendiam a representação de classe, não desejavam a supressão do conflito pois implicaria na supressão da liberdade. A outra facção defendia a cooptação, o intervencionismo, a interferência enfim, o autoritarismo. É neste sentido que se dirigem as medidas tomadas pelo Governo Provisório e que vão provocar ressentimentos.

**A revolução de 1932.** Trata-se para alguns de um movimento cívico "contra a ditadura, em nome do Direito e da Lei, da Constituição".<sup>1</sup> Getúlio Vargas assegurava, como "Chefe do Governo", que a revolta de São Paulo só era explicável pela "ampliação do poder (...)" por um movimento de revanche contra o de 1930, visando restaurar o passado, **recuperar posições** e relevar as prerrogativas que permitiam ser delapidado o erário do povo brasileiro mediante todas as formas da corrupção administrativa imagináveis.<sup>2</sup>

Hélio Silva, em **1932. A Guerra Paulista**, ao examinar o "ciclo de Vargas", torna pública vastíssima documentação coletada em arquivos particulares, jornais e através da citação de extensa bibliografia procura descrever a evolução dos acontecimentos. Principalmente tentando elucidar a intriga política, deixando por conta do leitor a preocupação interpretativa. Menotti del Picchia, em **A Revolução Traída** é dos poucos a se aperceber da incapacidade que a Revolução teve para sensibilizar os outros estados.

Para outros, urge uma nova abordagem da História do período, é o caso de Edgar de Decca<sup>3</sup> e de Maria Helena Capelato, esta no volume 15 da coleção "Tudo é História"<sup>4</sup> procura situar o movimento no contexto das lutas sociais. Mostrando que a glorificação da revolução de 30 e os aspectos cívicos da revolução de 32, não passam de tentativas de glorificar a história da repressão no Brasil, isto porque a maior parte das descrições reduz os eventos à crise das oligarquias e à ação dos tenentes, esquecendo-se da participação de outras classes sociais, que por força da descrição serão minimizadas, — é o caso da classe operária.

Rememorando os anos 30 chegamos a novembro daquele ano quando, Getúlio Vargas, ao apresentar o seu programa à Junta de Governo, tentava fazer no Brasil a reforma social, através da Criação dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e o da Educação e Saúde.

Entretanto o que interessava, era o empreendimento de uma

rígida reforma política que propiciasse um aumento constante de poder levando ao crescimento da centralização política, bem como, a efetivação de reformas sociais que conduzissem a modernização. Para tanto, era necessário tratar de resolver de uma vez a crise econômica bem como criar um sistema de governo que permitisse o exercício do governo.

Neste sentido, uma das primeiras determinações foi a do fechamento do Congresso Nacional e dos Legislativos Estaduais. Assim como, a nomeação de tenentes-interventores nos Estados, numa tentativa de anular o poder e a influência das oligarquias. Com a criação dos "conselhos técnicos", que estavam autorizados a interferir na produção de produtos e bens, vai crescer o poder do Estado na área econômica.

Os objetivos do Governo Provisório com este tipo de atuação política sugerida pelas legiões revolucionárias, como o Clube 3 de Outubro, eram os de obter uma forte centralização de poder, um Estado autoritário, onde fosse possível realizar reformas mas onde também se pudesse eliminar ou neutralizar as influências das oligarquias. Os interventores, geralmente militares, defendiam a utilização de planos econômicos uniformes, preferindo assim soluções simples e globalizantes, não paliativos regionais.

Ora, este tipo de política vai agitar os grupos acostumados ao predomínio completo nos Estados.

Em São Paulo, vão haver grandes manifestações contra o interventor João Alberto, que tinha sido imposto e não era paulista nem civil. Acresce o fato de que S. Paulo permanecia à margem, excluída do Governo Federal. Ao longo das manifestações, vem o rompimento com o Partido Democrático em março de 1931 e a união com o velho Partido Republicano, formando-se então uma Frente Única contra o Governo. Em 28/4 do mesmo ano, oficiais da Força Pública e democratas contando com o apoio do General Isidoro Dias Lopes, tentaram derrubar o interventor. O levante será sufocado com a prisão dos revoltosos bem como a destituição do general do Comando da 2.<sup>a</sup> região militar, sendo substituído por Pedro Aurélio de Góis Monteiro. A crise vai ganhar amplitude nacional.

Rememorando os anos 20, especialmente 1926 em São Paulo, verificamos as dissidências no Partido Republicano que vão culminar com a criação do Partido Democrático, cujos integrantes vão se unir aos revolucionários — Aliança Liberal — em 1930, esquecendo-se que ali encontrarão o tenentismo. Ora, depois da Revolução de 1930 os "tenentes" vão se organizar nos diversos Estados

em Legiões e Clubes, tentando afirmar-se politicamente. A aparente unidade vai se romper aos poucos.

Em abril de 1931, o Partido Libertador (R.S.) através de Assis Brasil vai dar o seu apoio ao Partido Democrático de São Paulo, já que houvera o rompimento com João Alberto. A questão paulista vai se transformar em assunto nacional, tratava-se da reconstitucionalização, onde velhos ódios e ressentimentos eram esquecidos numa disputa pelo poder.<sup>5</sup>

Com o crescimento dos protestos, Getúlio Vargas procura ganhar tempo, adiando a decisão de substituir João Alberto por um interventor civil que fosse também paulista. Temia perder o apoio dos "tenentes".

No Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flôres da Cunha vão se unir, solidarizando-se com São Paulo ao lado de Arthur Bernardes em Minas Gerais e J. J. Seabra na Bahia.

O Governo Provisório reage, decidindo acelerar a constitucionalização com a assinatura da Lei Eleitoral, onde se convocam as eleições para o ano seguinte.

Para São Paulo fora nomeado interventor Pedro de Toledo, civil e paulista, o que vai encorajar os descontentes a prosseguirem nas reivindicações onde se exige que o Brasil agora, seja governado não por decretos mas por uma Constituição. O rompimento definitivo vai se acelerando com as tentativas de aliança das Frentes Únicas. A luta armada vinha sendo articulada lenta mas seguramente. Contava-se inclusive com a encomenda de armas e munições do estrangeiro. O clima era de otimismo. O General Isidoro Dias Lopes dirigia as ligações militares, mas o chefe do movimento seria o General Bertoldo Klinger.<sup>6</sup>

A revolução estoura em 9 de julho de 1932 e Pedro de Toledo é aclamado, por uma grande massa de populares, governador de São Paulo. Minas Gerais e o Rio Grande do Sul vão preferir a contemporização e aguardam silenciosos. O Governo Provisório, informado com antecedência da revolução, vai nomear o General Góis Monteiro como o comandante das forças situacionistas e que rapidamente irá dominar os focos de insurreição prendendo Arthur Bernardes e Borges de Medeiros. Lentamente começa concentração de tropas em torno de São Paulo. A revolução de 9 de julho de 1932 não conseguirá chegar ao Rio de Janeiro, pois a sua marcha fora detida pelas tropas federais.

Pela ação rápida do Governo Provisório, a tão esperada ajuda a São Paulo não se concretizou. Flores da Cunha, que chegara a armar uma milícia, resolve apoiar Getúlio Vargas, com medo talvez,

de perder o poder ou de ser minimizado pelos que o rodeavam.<sup>7</sup>

A revolução vai durar apenas 3 meses. São Paulo vai mobilizar um número considerável de recursos para a luta. Oficinas, fábricas e a Escola Politécnica vão tratar de fabricar e até aperfeiçoar armas e munições ao lado de um vasto equipamento bélico motorizado. Serão feitas grandes campanhas para angariar fundos entre a população, como a "campanha do ouro", que vai angariar mais de 80.000 donativos.

A resistência será inútil, já em 14 de setembro o General Bertoldo Klinger tentará um armistício. Em 29 de setembro, os representantes das forças em luta, depois de um contato, revelam o fracasso das negociações e o reinício das hostilidades. Somente no dia 1.º de outubro é que o comandante da Força Pública Paulista, Coronel Herculano Carvalho Silva vai firmar um acordo em separado com o General Góis Monteiro, é o fim.

Os líderes do movimento serão aprisionados, expatriados junto com outros políticos.

São Paulo aguarda o novo interventor, General Valdomiro Castilhos de Lima, que vai seguir as instruções do Governo Provisório. Todos querem a pacificação e começa o "amaciamento" das posições. Em 1934, quando se trata da votação da Constituição e da eleição indireta de Getúlio Vargas, muitos dos expatriados estarão voltando.

Ambas as partes fizeram concessões, revelava-se mais uma vez na História do Brasil o valor da reconciliação, principalmente quando o poder e a dominação estão em jogo, havendo a necessidade do reforço dos instrumentos de dominação, o que os anos iriam demonstrar.

---

\* Professor de História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,

---

#### NOTAS:

- 1 — BOSI, Alfredo. Citado por Maria Helena Capelato in: "O movimento de 1932. A causa paulista". Ed. Brasiliense, 1981.
- 2 — VARGAS, Getúlio. Manifesto ao Povo de São Paulo, in: "A Nova Política do Brasil." Rio de Janeiro, José Olympio Editora. Página 83.
- 3 — 1930. O silêncio dos vencidos. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981,
- 4 — CAPELATO, Maria Helena. O movimento de 1932. A causa paulista. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.
- 5 — Glauco Carneiro em sua "História das Revoluções Brasileiras (2º volume). Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro 1965, nas páginas 396 e ss. dá uma descrição pormenorizada dos acontecimentos.
- 6 — Ver a descrição de toda a trama em CARONE, Edgard, **Revoluções do Brasil Contemporâneo** (1922-1938). São Paulo, Difel, 1977.
- 7 — BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**. (de 1930 a 1960). São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1968.